

# **Papel do Pará será de vanguarda para o Brasil :: Thiago Vilarins (O Liberal, em 14.06.2015)**

O desenvolvimento do País passa pelo aproveitamento das potencialidades da região amazônica, em particular, pelo casamento das riquezas naturais e da inteligência vigente no Estado do Pará. Essa é a conclusão do ministro Mangabeira Unger, responsável pela Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo federal (SAE). Em entrevista exclusiva a O LIBERAL, o ministro descreveu as ideias voltadas, exclusivamente, ao Estado, após retornar a Brasília da vigem que vez as diversas regiões do território paraense.

Confira a entrevista.

Thiago Vilarins: Na sua primeira passagem pelo governo federal, ainda no governo Lula, o senhor defendeu que o desenvolvimento do País passava pelo aproveitamento das potencialidades da região amazônica. O senhor ainda defende que essa é a principal saída para o progresso brasileiro?

Mangabeira Unger: Persisto hoje com mais confiança e mais clareza, na ideia de que a Amazônia pode ser a vanguarda da estratégia de desenvolvimento nacional. Agora, essa tese ganhou um novo significado, porque nós temos que reorientar o modelo de desenvolvimento no Brasil. Nós estamos nos aproximando de um momento de inflexão em nossa história em que precisamos abrir um novo caminho. No período histórico recente, o Brasil avançou por uma estratégia de desenvolvimento, baseada na massificação do consumo e no aumento da renda popular de um lado e, na produção e exportação de commodities de outro lado. Esta estratégia permitiu salvar milhões de brasileiros da pobreza extrema, abriu margem para a ascensão de uma nova pequena burguesia empreendedora e manteve a grande maioria dos brasileiros empregados. Porém, a mudança das circunstâncias no mundo, com a desaceleração da China, a queda no preço dos commodities e o desaparecimento do dinheiro fácil no mundo, inviabilizou a continuação dessa estratégia e revelou uma fragilidade que ela tinha, desde o início, que é conviver com o nível de produtividade muito baixo na economia brasileira. Nós mantivemos a grande maioria dos brasileiros empregados, porém empregados em serviços de baixíssima produtividade. Agora, nós precisamos construir uma outra estratégia, baseada em ampliação das capacitações educacionais e das oportunidades produtivas. Portanto, é uma estratégia voltada mais para o lado da produção e da oferta do que para o lado da demanda e do consumo.

TV: E como a Amazônia, e em particular o Estado do Pará, participam dessa estratégia?

MU: A Amazônia em geral, mas principalmente o Pará, têm oportunidades para desempenhar esse papel de vanguarda nessa nova estratégia nacional de desenvolvimento. Na época da minha participação no governo Lula, trabalhei com todos os dados da Amazônia para construir uma estratégia amazônica, que começasse a vincular o complexo verde ao complexo industrial urbano, que assegurasse, na Amazônia Florestada, que a floresta em pé, valesse mais do que a floresta derrubada. Ao mesmo tempo que construísse na Amazônia do Cerrado, na Amazônia sem floresta, um novo paradigma agropastoril. Agora, eu vejo uma oportunidade ainda maior de abordar esses dados, com a intenção de traduzir esta estratégia amazônica em propostas específicas para os diferentes estados da Amazônia. E é isso que eu fiz recentemente no Pará, ao iniciar um trabalho com o governador Jatene e sua equipe.

TV: O Pará é protagonista nessa estratégia?

MU: Sim. Eu vejo no Pará um potencial para construir um projeto de desenvolvimento que aproveite as vantagens comparativas existentes ou acessíveis do Estado em cinco setores principais. O primeiro setor é a indústria florestal. Na verdade, há duas indústrias florestais distintas. A primeira é uma indústria de floresta homogênea, nas regiões desflorestadas. O Pará, como toda a Amazônia, tem uma vantagem imensa, porque a floresta homogênea, em condições tropicais, é incomparavelmente mais eficiente do que a floresta homogênea em uma região temperada. Há uma segunda indústria florestal, de natureza inteiramente diferente, que é o manejo sustentável da floresta tropical heterogênea. E esta indústria tem que ser desenvolvida aos poucos, passo por passo, mesmo a tecnologia necessária para ela não estar facilmente disponível. Quase toda a tecnologia florestal que evoluiu no mundo, evoluiu para aproveitar florestas temperadas homogêneas. O segundo setor é a venda de serviços ambientais avançados de preservação e aproveitamento da floresta amazônica. O mundo todo pode ajudar a financiar a preservação e o aproveitamento sustentável Amazônia. Esse tema já é e deve ser cada vez mais objeto das negociações mundiais. Nós podemos organizar um sistema de venda dos serviços ambientais avançados a serem financiados por todo o mundo. O Pará tem uma vocação especial para abrir este caminho, porque é no Estado onde, historicamente, estão concentrados as maiores capacitações intelectuais da Amazônia. O Pará reúne a maior densidade científica na Amazônia e isso tem que ser aproveitado. O terceiro setor é a mineração. O Pará tem vasta riqueza mineral e grande parte dela ainda é pouco conhecida. E eu não estou falando do alumínio e do minério de ferro, que são muito dependentes da influência chinesa. Estou falando do restante, o que exigirá pesquisa e prospecção mineral. Eu, inclusive, propus ao governador que o Pará considerasse a opção de que o próprio Estado organizasse em parceria com o capital privado um empreendimento ou um conjunto de empreendimentos para prospectar e, eventualmente, aproveitar a riqueza mineral. Não há porque ter qualquer preconceito ideológico, eu não estou advogando o retorno ao antigo modelo de empresas estaduais mineradoras, controladas, exclusivamente, pelo setor público dentro de regras do setor público. O que estou propondo é que o Pará evite de ficar na mão das mineradoras privadas. E para isso, organize, em associação com o capital privado e

dentro das regras do mercado, empreendimentos que expandam a fronteira de mineração de uma forma a agregar o valor aos produtos minerais, em vez de exportá-los em forma não transformada. O Estado empreender como parceiro, nas regras do mercado, para aprofundar a concorrência e vender ao capital privado quando conveniente. O objetivo não é uma ação empreendedora permanente, é a construção do mercado, com mãos desatadas e em associação com o capital privado.

TV: E os demais setores?

MU: O quarto setor é a inauguração no Pará de um novo paradigma agropastoril. O que tende a existir até agora, não só no Pará, mas em grande parte do Brasil, é uma predominância da pecuária extensiva, coexistindo com monoculturas, como a soja. Hoje, grande parte do território brasileiro e do Pará são pastagens degradadas pelos efeitos cumulativos da pecuária extensiva, que podem ser recuperadas em pouco tempo e a baixo custo e servir como o palco físico de um novo modelo de produção agropastoril, que combine uma pecuária progressivamente intensificada, como uma diversificação de lavouras perenes. Isto é o modelo mais alto de produtividade e mais propício a uma diversificação produtiva, combinada com uma democratização de oportunidades. Aí vem o quinto setor, que é uma reorientação dos grandes projetos, como as barragens e as usinas. Eu, no curso desta minha viagem recente ao Pará, visitei Belo Monte e discuti com o governo, com os técnicos da usina, com os movimentos sociais e com o governo municipal em Altamira, a problemática das barragens. E começa a ficar claro, que nós devemos dar um passo adiante na maneira de entender estas obras. Elas não devem ser concebidas, apenas como obras de engenharia física, mas também como obras de engenharia social e econômica. Nos Estados Unidos, por exemplo, a iniciativa mais icônica que o New Deal de Franklin Roosevelt foi a grande barragem no Vale de Tennessee. E ninguém considera esta obra apenas como cimento. Foi o palco da criação de uma nova economia microrregião em volta, que criou oportunidades para pequenos e médios produtores. Esse novo modelo teria três elementos. O primeiro é organizar as medidas antecipatórias, como por exemplo, a compra das terras que vão ser valorizadas pela obra, para que a obra não produza um lucro acidental para um pequeno grupo de latifundiários ou especuladores. E estas medidas antecipatórias seriam pagas pelas empresas que ganhassem a licitação, ao invés de serem pagas pelo Tesouro, como ocorre hoje. O segundo elemento desse novo modelo é colocar a maior parte das compensações para as obras, como as compensações ambientais, num Fundo de Investimento para o futuro, em vez de permitir que este capital seja dissipado em gastos correntes. Daí vem o terceiro passo: é usar aquele capital para financiar uma estratégia de desenvolvimento regional, na microrregião, em volta da barragem. Então, por exemplo, esse novo paradigma agropastoril, e que naquela região de Belo Monte poderia ser combinada com uma indústria de cultivo de peixes em tanque, seria financiado por este investimento. A obra interrompeu as atividades econômicas das populações ribeirinhas que faziam uma pesca artesanal no rio, de pequena escala com um número relativamente de participantes. Agora, aquela atividade poderia ser trocada por uma atividade capaz de empregar muito mais gente e

com uma produtividade muito mais alta, com a pesca em tanque e com a industrialização do produto. Isso é um exemplo. Esses são cinco setores que tem um tema comum: é o casamento da natureza com inteligência. Tudo o que eu descrevi depende de inteligência.

TV: A sua Pasta tem um propósito de apontar caminhos, ideias estratégicas, mas muitos desses pontos levantados pelo senhor são problemas já discutidos, que esbarram em questões políticas e de falta de legislação. Como resolver esses entraves?

MU: Eu iniciei uma discussão sobre os pressupostos desses avanços nesses cinco setores e distingui duas ordens de pressupostos: os pressupostos internos, aquilo que o Pará pode fazer sozinho, e os pressupostos externos, aquilo que depende de uma mudança nacional, na legislação. No capítulo dos pressupostos internos tem dois requisitos centrais. O primeiro é um grande avanço na formação de recursos humanos. Um projeto como esse que passa pelo casamento da inteligência com a natureza exige um salto na qualidade do ensino público. É agora a prioridade do governo federal e é a minha prioridade, o setor em que estou trabalhando. Eu argumentei no Pará que o melhor ponto para começar é a construção de um novo modelo de escola média. A escola média costuma ser um plano de estrangulamento no ensino público. E é a escola que está precipuamente sobre a responsabilidade do governo estadual. As escolas técnicas federais ajudam a sinalizar o caminho. Elas estão hoje entre as escolas mais bem avaliadas no País. Nós precisamos de uma escola média que combine ensino geral com ensino técnico. Nós não devemos separá-los. O que nós não devemos querer é um ensino geral de natureza ornamental para as elites e um ensino vocacional ou prático para a maioria trabalhadora. Devemos querer reunir na mesma escola um ensino que substitua o enciclopedismo raso e a decoreba pela aquisição das capacitações analíticas básicas, como a interpretação de texto e raciocínio lógico. E um ensino técnico que, ao invés de priorizar apenas os ofícios rígidos ou as profissões convencionais, priorize as capacitações práticas, flexíveis e genéricas exigidas pelas tecnologias contemporâneas. É claro que esse tipo de escola prospera no contrapano de fundo de choque em ciência e tecnologia. A Amazônia não precisa menos de ciência e tecnologia do que São Paulo, precisa mais. Mas há uma grande diferença na relação da ciência e tecnologia com a localização geográfica. Então, é muito bom que haja um adensamento de ciência e tecnologia no Pará, mas o Estado pode aproveitar a Amazônia, pode aproveitar a ciência e tecnologia do resto do mundo. E o segundo pressuposto é o fomento de um empreendedorismo vanguardista na Amazônia. As iniciativas nos cinco setores que eu descrevi exigem uma empresa que seja na vanguarda das tecnologias e das práticas. Nós temos um problema genérico no Brasil, existe uma cultura empreendedora vibrante, mas a grande maioria das empresas brasileiras, pequenas e médias, estão afundadas num primitivismo produtivo. E mesmo as nossas maiores empresas tem um espectro relativamente estreito de tecnologias e de práticas, porque operam tipicamente no setor de aproveitamento de recursos naturais. Uma figura que desempenha um papel crucial nas grandes economias do mundo é a empresa média vanguardista. E ela nos faz falta no Brasil e é indispensável ao avanço nos cinco setores que eu descrevi. Nós já aprendemos com a nossa

experiência que não basta oferecer crédito, o capital por si só não resolve problemas. Tem de haver um desenho institucional que orquestre a relação entre acesso à capital, acesso à tecnologia, acesso à práticas avançadas e acesso a mercados mundiais. O Pará tem uma situação logística invejável! Com a proximidade aos mercados da Europa e da América do Norte, mas não tem as empresas vanguardistas capazes de aproveitar essa vantagem logística. Eu propus no Pará que os governadores da Amazônia, ao retomarem agora o seu fórum, criem uma agência de empreendedorismo para organizar esse desenho institucional, sob o controle deles. Seria um instrumento da cooperação federativa horizontal deles. É a Amazônia que deve definir o caminho para a Amazônia. Criar uma dinâmica dentro da Amazônia e levar o governo central do País na onda.

TV: Mas essa é uma contramão ao modelo atual proposto pelo governo federal.

MU: Sem dúvida. É uma evolução, uma mudança. Mas estou descrevendo uma dinâmica interna, não estou descrevendo uma dinâmica que nasça de subsídios federais. Descrevo uma dinâmica que adapta a um quadro de ajuste fiscal. A restrição fiscal, inclusive, a restrição de ajuda federal, ao invés de ser encarada como uma inibição à mudança, deve ser interpretada como um estímulo à mudança. As grandes mudanças culturais, em geral, no mundo ocorreram em períodos de restrição econômica.